



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/10/2013**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. VARAS CRIMINAIS.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. CNJ.....	6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	7
5.2. COMARCAS.....	8
5.3. DESEMBARGADORES.....	9 - 12
5.4. SERVIDORES.....	13
5.5. VARAS CRIMINAIS.....	14

# VBL anuncia melhorias no sistema de transporte público

Empresa de ônibus que detém 70% das linhas urbanas de Imperatriz começou a mudar com a troca da diretoria e o investimento de R\$ 25 milhões; a frota é nova e ampliada 20%; além disso, será implantada a bilhetagem eletrônica

**João Rodrigues**  
Da equipe de **O Estado**

**IMPERATRIZ** - Após ter sido alvo de denúncias de usuários e só conseguido manter o contrato com a Prefeitura por meio de uma liminar do Tribunal de Justiça, a Viação Branca do Leste (VBL) anuncia melhorias na prestação do serviço público de transporte de passageiros em Imperatriz.

O investimento de R\$ 25 milhões, feito em um banco particular, vem possibilitando mudança radical na empresa detentora de 70% das linhas do transporte coletivo urbano. As reclamações de usuários reduziram-se.

As mudanças começaram pela direção da empresa, que agora pertence a um grupo que atua em algumas regiões do país, como Amapá, São Paulo e agora em Imperatriz.

"A empresa tem novos donos e a frota foi mudada 100%. Todos os carros são deste ano e quem ganhou com isso foi a população de Imperatriz", explicou o diretor administrativo da empresa Dênis Policarpo de Melo.

**Frota** - A frota atual da linha urbana é de 60 veículos, 20% a mais do que a anterior, e está adaptada para receber portadores de deficiência física.

Outra vantagem dos novos carros é que eles só podem ser abastecidos com o óleo biodiesel produzido na tecnologia euro 5, em atendimento à legislação ambiental, o que reduz em 60% as emissões de óxido de nitrogênio e em até 80% as emissões de partículas promovidas pelos atuais modelos.

O empresário Dênis Policarpo informou que a empresa está em fase de instalação do sistema de bilhetagem eletrônica, comum apenas em capitais e grandes cidades do país. O sistema vai começar a funcionar até o fim da primeira quinzena de dezembro.

Como sugere o nome, a bilhetagem eletrônica consiste na emissão de um cartão, semelhante ao de crédito. O usuário poderá recarregá-lo em pontos estratégicos da cidade, como bancas de revistas e ainda em um link no próprio site da empresa. O usuário é quem vai decidir quanto pretende recarregar.

No caso do carregamento, via site da VBL, o usuário poderá imprimir e pegar o boleto referente aos créditos. "Depois de pagar, a pessoa vai 'triscar' o cartão no validador e inserir aquele crédito que ele colocou", acrescentou o empresário. O novo sistema representa mais segurança aos clientes e ainda evita fraudes.

**Prejuízos** - Um levantamento interno feito pela nova diretoria da VBL revelou prejuízos em torno de 70% do total do faturamento geral da empresa com a venda de vales-transportes.

O executivo admitiu que a instalação do sistema de bilhetes eletrônicos pretende acabar com a ação de atravessadores que usam o vale transporte como moeda de troca.

"O vale-transporte de papel é uma moeda que é comercializada ilegalmente no meio da rua, em carrinhos de picolé e bares porque se criou esse vício. Por isso, a empresa trabalha o tempo todo no vermelho. Com

a bilhetagem eletrônica, ou a gente acaba com isso ou em pouco tempo a empresa vai voltar a ser como antes", desabafou Dênis Policarpo.

Pelas previsões da empresa, o novo sistema vai reduzir drasticamente os assaltos a ônibus. São várias as ocorrências registradas ao longo dos anos, mas curiosamente, segundo o executivo, os furtos praticados por funcionários ainda lideram o ranking quando o assunto é crime. Em muitos casos, os funcionários foram demitidos após a constatação do crime.

"Estou há 60 dias na empresa e já demitimos muita gente. Contratamos muitas também, tudo por causa de um vício que se tinha. Agora, estamos dando uma 'injeção' de motivação", disse o empresário, acrescentando que foram firmadas parcerias com o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat) para a realização de cursos de qualificação profissional.

**Denúncias** - Há cerca de uma semana usuários do transporte coletivo denunciaram ao portal Imirante de Imperatriz, que alguns ônibus da Viação Branca do Leste (VBL) estavam se negando a parar e, em alguns casos, o motorista se negava a aceitar a carteira de passe do idoso.

Sobre o assunto, Dênis Policarpo afirmou que esse foi um fato isolado que já foi resolvido porque a empresa tem a filosofia que lei não se discute, cumpre-se.

## Ainda existe pendência na Justiça

O anúncio dos investimentos pela Viação Branca do Leste (VBL) ocorreu poucos dias depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter determinado a suspensão da liminar expedida pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire, que tirava o efeito da rescisão do contrato de concessão do serviço de transporte entre a empresa e a Prefeitura. A decisão foi publicada na página oficial do STJ.

Aproximadamente dois dias depois dessa decisão, os advogados da VBL anunciaram que recorreriam da decisão. Já a Prefeitura de Imperatriz informou que avaliaria se faria ou não o rompimento do contrato que o prefeito já havia anunciado, mas acabou não sendo concretizado porque a empresa conseguiu a liminar do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O diretor Dênis Policarpo também se manifestou sobre o impasse judicial. Ele disse que a decisão do STJ autorizou a Prefeitura a dar continuidade ao processo administrativo - procedimento investigatório que culminou com o anúncio de rompimento de contrato pela prefeitura.

"Ele [STJ] diz que a Prefeitura deve continuar o processo administrativo destinado a apurar condições de prestação de serviços. Então, o que acontece é que hoje a prefeitura, tem que apurar, mas eu creio que hoje, na realidade, a questão jurídica a gente já atendeu, que era colocar uma nova frota nas ruas", finalizou Dênis Policarpo.

## Entenda o caso

**Dezembro/2012**- Início das reclamações de usuários da VBL sobre a má qualidade do transporte público em Imperatriz.

**Janeiro/2013** - As discussões começaram a ganhar corpo e evoluíram para manifestações públicas. Foi realizada uma audiência pública sobre o assunto na Câmara Municipal. A Promotoria de Defesa do Consumidor, envia ofícios à Secretaria de Trânsito e Transportes requerendo do órgão municipal que cobrasse o contrato da prefeitura com a VBL e se este estava sendo cumprido. Na Câmara, a Procuradoria Geral do Município informou que já havia informações suficientes para a quebra do contrato, mas o Município aguardaria o fim dos três prazos concedidos a empresa numa espécie de pré-processo administrativo.

**Março/2013** - Insatisfeitos com o resultado da audiência estudantes e outros segmentos realizaram o primeiro *Apitaxo Fora VBL*.

**Maió/2013** - Mais de 40 ônibus da VBL foram apreendidos por apresentarem problemas como documentação em atraso, falta de equipamentos de segurança e de manutenção dos veículos.

**Junho/2013** - A juíza da Vara da Fazenda Pública, Ana Lucrecia Reis, acatou pedido de liminar do Ministério Público (MP) e decidiu suspender o contrato da VBL, com o Município. Foi dado prazo de 10 dias para a substituição da empresa, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. O prefeito Sebastião Madeira, solicitou, em audiência com a juíza, maior prazo para atender à decisão.

**Julho/2013** - Após o fim de todos os prazos, Madeira anunciou dia 10 de julho o rompimento do contrato do transporte coletivo de passageiros com a VBL. Nessa data ele anunciou que a VBL seria notificada imediatamente e estava sendo aberto prazo de 20 dias para a contratação de uma substituta.

**Julho/2013** - A VBL anuncia que teve todos os seus ônibus apreendidos pela fiscalização requerida pelo MP. O desembargador Lourival Serejo manteve o contrato entre o Município e a empresa e mandou liberar 84 ônibus apreendidos.

**Julho/2013** - A empresa VBL recorreu da sentença ao Tribunal de Justiça, ocasião em que a desembargadora Cleonice Silva Freire anulou a decisão da Vara da Fazenda Pública que determinava a quebra do contrato com a VBL que havia sido ajuizada pelo MP.

**Agosto/2013** - No dia 8 de agosto, a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da desembargadora Cleonice Silva Freire que concedeu efeito suspensivo à decisão judicial que suspendeu a concessão dos serviços de transporte coletivo em Imperatriz à empresa Viação Branca Leste (VBL).

**Agosto/2013** - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a suspensão da liminar expedida pela desembargadora Cleonice Freire, e com isso, autorizando a prefeitura a quebrar o contrato.



Novo ônibus da empresa Viação Branca de Leste é movido a óleo biodiesel, o que reduz em 60% as emissões de óxido de nitrogênio



Antigo ônibus da VBL será retirado das ruas de Imperatriz, segundo a nova diretoria da empresa de transporte coletivo público

## Homem que matou ex-mulher é condenado a 18 anos de reclusão

Antonio Carlos da Silva foi condenado a 18 anos e nove meses de reclusão pelo assassinato de Maria Jocelina Bezerra Maciel. O crime ocorreu na manhã do Natal de 1993, no bairro Jardim Tropical II.

O acusado não compareceu ao julgamento, no último dia 26 de setembro. Como Antonio Carlos da Silva se evadiu de São Luís desde a data do crime, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior negou-lhe o direito de aguardar em liberdade eventual recurso e expediu seu mandado de prisão.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, no dia do crime, Antonio Carlos da Silva saiu de casa armado e, após invadir a residência de Maria Jocelina Bezerra, a esfaqueou por mais de uma dezena de vezes. O réu desconfiava que sua ex-mulher estaria se relacionando com a vítima.

Também no 4º Tribunal do Júri foi condenado a 11 anos, oito meses e 18 dias de reclusão, Carlos Malber Fernandes pela participação no assassinato de Erivelton de Assunção Ribeiro Moraes, na madrugada do dia 12 de fevereiro de 2001, na Vila Palmeira. A vítima foi morta quando voltava de uma festa carnavalesca com a namorada.

Segundo a denúncia, a vítima foi morta apenas por ter cumprimentado os seus agressores. Carlos Malber Fernandes desferiu um tapa em Erivelton de Assunção Ribeiro Moraes, iniciando as agressões.

O julgamento ocorreu no último dia 25 de setembro. Por ser primário, ter bons antecedentes criminais, ter comparecido a todos os atos processuais e ter residência fixa, Carlos Malber Fernandes teve o direito de aguardar

em liberdade eventual recurso.

Antonio Carlos da Silva e Carlos Malber Fernandes devem cumprir a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

**TENTATIVA DE HOMICÍDIO** - Também no dia 25 de setembro, o 3º Tribunal do Júri condenou o ajudante de pedreiro Luisvane Lima Vasconcelos Araújo, conhecido por "Elivon", a dois anos de reclusão. Ele tentou matar, com uma facada, Deusielson Leite Pereira, no dia 07 de setembro de 2009, dentro de um bar no bairro Tibirizinho, onde a vítima bebia com um irmão e amigos. O motivo foi uma rixa entre a vítima e o acusado.

**ADVOGADOS MULTADOS** - O juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior multou, em 20 e 10 salários mínimos, respectivamente, os advogados Erivelton Lago e Dartanhan Luis

Reis Menezes, que, mesmo intimados, não compareceram às sessões de julgamento no 4º Tribunal do Júri, nem justificaram a ausência, caracterizando o abandono aos seus constituídos. O magistrado também determinou que o fato fosse comunicado à OAB-MA.

O advogado Erivelton Lago deveria ter comparecido à sessão do júri, do último dia 23 de setembro, para atuar na defesa do réu Hilton Jhon Alves Araújo, conhecido como "Praga", acusado de assassinato. Devido à ausência do advogado o julgamento foi adiado para 19 de novembro, às 8h30.

Dartanhan Luis Reis Menezes faria a defesa de Marcelo Teixeira da Conceição, acusado de tentativa de homicídio. O magistrado adiou a sessão do júri para o dia 21 de novembro de 2013, às 8h30.

## Judiciário

O desembargador Ricardo Duailibe será o plantonista do Tribunal de Justiça do Maranhão neste fim de semana. É a primeira vez que o magistrado assume o plantão de 2º grau, desde a sua posse em setembro passado. Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

## PARTIDOS

# PV vai apoiar Luís Fernando

O deputado Magno Bacelar (PV) destacou que a reunião ocorrida ontem em São Luís, do seu partido, o PV, decidiu por acompanhar a candidatura do secretário Luís Fernando (PMDB) ao governo do estado. O encontro contou com a presença do deputado federal Sarney Filho, de Luís Fernando e demais membros do partido.

Magno disse que a reunião foi positiva, pois todos se com-

prometeram a vestir a camisa em prol da candidatura de Luís Fernando. "Chegamos à conclusão que Luís Fernando é o melhor nome para assumir o próximo governo do Maranhão", disse o parlamentar, ressaltando que foi dele a iniciativa para que fosse formado um grande bloco na defesa da candidatura de Luís Fernando.

Ele também desmentiu comentários que iria mudar de par-

tido para disputar as próximas eleições. Disse que vai continuar no PV, onde é vice-presidente, e que continuará apoiando o governo Roseana Sarney. "Vamos estar todos juntos, não vamos ter medo de disputar a eleição".

Magno Bacelar também prestou homenagem a nova Mesa do Tribunal de Justiça do Maranhão para o próximo biênio que terá as desembargadoras Cleonice Silva, para presidente; Anilde Cruz,

vice-presidente e Nelma Sarney, para a corregedoria.

Ele lembrou que esse momento é importante pois pela primeira vez o Tribunal será comandado por três mulheres. "Quando os desembargadores as elegeram é porque realmente têm a confiança plena que elas vão fazer um excelente trabalho pela justiça do nosso estado durante este próximo biênio", disse Magno Bacelar.

## Projeto

# Vianey Bringel quer divulgar regras para reconhecer paternidade

A deputada Vianey Bringel (PMDB) apresentou projeto de lei propondo a obrigatoriedade da fixação de cartazes em hospitais, postos de saúde e ambulatórios informando sobre a possibilidade do pedido de reconhecimento de paternidade ser iniciado em qualquer Cartório de Registro Civil.

O projeto tem como objetivo tornar obrigatória a divulgação do Provimento nº 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecendo que as mães, cujos filhos não possuam o nome do pai na certidão de nascimento, poderão recorrer a qualquer cartório de registro civil e dar entrada no pedido de reconhecimento de paternidade. O mesmo tem o intuito de reduzir o número de pessoas sem paternidade reconhecida no país.

Vianey Bringel destacou a grande relevância desta iniciativa que é uma parceria da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) com a Associ-

ação de Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) e a Associação de Notários e Registradores (Anoreg), aproveitando a capilaridade dos 7.324 cartórios com competência para registro civil no país, presentes em localidades onde não há unidade de justiça ou postos do Ministério Público.

**PROVIMENTO** - De acordo com o Provimento, para dar início ao processo de reconhecimento, as mães deverão preencher um termo com informações pessoais, tanto do filho quanto do suposto pai, além de apresentar a certidão de nascimento da criança ou do adolescente. Outra novidade é quanto aos filhos maiores de 18 anos que também poderão dar entrada no pedido diretamente nas serventias extrajudiciais, sem a necessidade da presença da mãe. Logo após, o pedido de é encaminhado pelo registrador ao juiz competente, que notificará o suposto pai para assumir ou não a paternidade.

# Inaugurada nova sede do Fórum de Lago da Pedra

O Poder Judiciário inaugurou ontem (4), o novo fórum da comarca de Lago da Pedra, Região do Médio Mearim, a 310 quilômetros de São Luís. A entrega foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha. Foram investidos na obra R\$ 1.050.449,57, com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj). Com duas varas e salão do júri composto por salas das testemunhas, de acusação, de defesa, secreta, guarda e do réu, a comarca passará a funcionar em novo prédio (Rua Hilário Neto, s/nº, Bairro Planalto) construído em terreno de 4.800 m² doado pela prefeitura municipal.

"A sensação é de missão cumprida de um trabalho baseado na responsabilidade e transparência. Mais uma unidade da Justiça é entregue de forma tranquila.

Agora a população pode usufruir de um espaço que não será apenas um lugar de conflitos, mas de paz e harmonia", declarou o presidente do TJ-MA ao sugerir que as instalações do salão do júri também sejam utilizadas como espaço para convenções, casamentos comunitários, palestras e eventos da sociedade.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, ressaltou a preocupação da atual gestão, em dar continuidade a obras que facilitarão o acesso da comunidade à Justiça de 1º grau. "O povo recebe um espaço digno para buscar a verdadeira Justiça de acordo com os princípios constitucionais e o respeito à dignidade da pessoa humana", disse.

Cleones Cunha destacou ainda que o projeto de criação da 3ª Vara da Comarca foi aprovado pela Assembleia Legislativa e que aguarda a sanção do Executivo Estadual.

O juiz Alessandro Bandeira Figueiredo (diretor do Fórum)



RIBAMAR PINHEIRO

**ANTONIO GUERREIRO Júnior, Cleones Cunha e autoridades locais na entrega do novo fórum**

elogiou os esforços de todos os órgãos e pessoas que colaboraram com a melhoria serviços jurisdicionais na comarca. Ele enfatizou o empenho da juíza da 2ª Vara, Marilse Carvalho Medeiros, na busca pelo terreno para o projeto inicial de construção do novo fórum.

"Agradeço a todos que de alguma forma ajudaram para a concretização deste sonho. Enquanto estivermos à frente dos trabalhos da Justiça nesta comarca, magistrados e servidores estarão comprometidos em atender ao público de forma qualitativa e efetiva", afirmou.

A prefeita Maura Jorge observou sobre o reconhecimento da população aos serviços presta-

dos, lembrando os dois juízes da comarca foram agraciados com a concessão do título de cidadão lagopedrense. "O povo percebe que o Judiciário escreve uma fase nova, na qual se mostra de forma diferente e igualitária", concluiu.

Também participaram da solenidade - finalizada com a bênção do frei Alfredo Lima - o juiz Nilo Ribeiro (auxiliar da Presidência do TJ-MA); a promotora de Justiça Lays Pedrosa; os prefeitos Osmar Fonseca (Lago do Junco) e Valdemar Araújo (Lago dos Rodrigues), membros do Executivo e Legislativo Municipal, profissionais da área jurídica, assessores e servidores do TJ-MA, da Corregedoria, e populares.

## CURURUPU

# *Justiça determina interdição de casas de festas sem alvará de funcionamento*

Desde o início de setembro, o juiz titular da Comarca de Cururupu, Celso Serafim Júnior, determinou o cumprimento de decisão judicial concedida ainda em 2009, determinando a interdição de todos os estabelecimentos comerciais que se utilizam de instrumentos musicais e que não possuam alvará de funcionamento. Pelo menos 15 estabelecimentos estão proibidos de funcionar por não terem os documentos exigidos e requisitos mínimos de segurança.

“Com essa decisão de 2009, pedi mais informações para saber por que ela nunca foi cumprida e, juntamente com o Ministério Público, verificamos que os locais continuavam sem a documentação necessária para funcionamento. Conversamos com o delegado e vimos que a situação era complicada. Até porque a cidade só possui dois policiais”, comentou o juiz, que solicitou a vistoria do Corpo de Bombeiros.

As irregularidades foram novamente constatadas na vistoria técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros no início de setembro de 2013, a pedido da Justiça, o que embasou decisão de cumprimento da decisão judicial concedida em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público. “Não tenho o poder de proibir nada, mas por decisão judicial, provada pelo Ministério Público, temos como exigir a apresentação da documentação exigida por lei para funcionamento dos estabelecimentos e realização de festas”, explica o juiz Celso Serafim, completando. “Antes do lazer, é necessário garantir a segurança e a saúde da população”.

No relatório da vistoria técnica do Corpo de Bombeiros aos 15 estabelecimentos de Cururupu, ficaram estabelecidas as exigências a serem cumpridas pelos locais para que em uma nova vistoria fosse liberada a emissão do alvará de funcionamento. Dos estabelecimentos, foram exigidos serviços como instalação de extintores de incêndio, reparação da instalação elétrica, instalação de luminárias de emergência, instalação ou modificação de saída de emergência e com sua correta identificação.

## Lançamento

O magistrado e acadêmico Lourival Serejo lança, neste domingo (6), às 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, a sua primeira obra de cunho biográfico: “Aluísio Azevedo Sempre”, uma coletânea de ensaios sobre a vida e obra do escritor maranhense que se tornou um clássico da literatura brasileira. O livro, prefaciado pelo também acadêmico Américo Azevedo, sobrinho-neto de Aluísio, traça um breve panorama de 11 romances e reúne ensaios e crônicas produzidos ao longo de cinco anos de estudo e homenageia o renomado romancista por ocasião da passagem do centenário de sua morte, ocorrida em 21 de janeiro de 1913.



**PELA PRIMEIRA** vez, desde que assumiu cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, Ricardo Duailibe vai assumir, neste fim de semana, um plantão. Ele vai atender apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares, decretação de prisão provisória etc

# Desembargador Duailibe assume plantão do TJ-MA

O desembargador Ricardo Duailibe será o plantonista do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) neste fim de semana. É a primeira vez que o magistrado assume o plantão de 2º grau, desde a sua posse em setembro passado. Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão

provisória, entre outros.

O telefone disponibilizado para o plantão judiciário é o (98) 8815-8344. O servidor plantonista é José de Jesus Costa, que pode ser encontrado no celular (98) 8866-9274.

O serviço funciona das 18h às 8h, em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até as 8h do primeiro dia útil subsequente.

## Central de Inquéritos será reativada pelo Judiciário

A reativação da Central de Inquéritos com a proposta de garantir celeridade no acompanhamento de inquéritos policiais e peças informativas de competência das varas criminais ainda não distribuídos, evitando a perda de provas ou direitos, é uma das prioridades da gestão da desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral de Justiça eleita para o biênio 2104/2015.

“Com a reativação da Central de Inquéritos poderemos dar uma resposta mais imediata à violência que se instalou em nosso estado, deixando a população refém da criminalidade”, afirma desembargadora, informando que o projeto será submetido ao Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Após aprovação do colegiado, ele será enviado à Assembleia Legislativa do Maranhão para apreciação dos parlamentares da Casa.

A retomada da Central de Inquéritos faz parte de um programa institucional de combate à violência. As ações serão desenvolvidas em parceria com os poderes Executivo e Legislativo, envolvendo empresas, entidades de classe, movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

“Os índices de violência no estado, principalmente em São Luís, são preocupantes. Temos que fazer algo de concreto para reverter esse quadro assustador. É preciso agir rápido definindo o alinhamento de estratégias de enfrentamento para reduzir a criminalidade”, enfatiza Nelma Sarney.

**EDITORIAL**

## Fome de carne humana

**O** sangrento horror das rebeliões nos presídios do Maranhão extrapola a conformação de todos os sentidos humanos. É como se feras famintas e enjauladas, de repente soltas pela irresponsabilidade dos gerentes de um imenso zoológico, resolvessem se esquarterar e consumir em postas publicamente, revelando uma vampiresca fome de carne humana que expõe o Estado a um desnível de degradação insuperável.

Culpados e inocentes são flagelados, desmembrados, decapitados num espetáculo digno dos piores horrores bíblicos, enquanto a Secretaria de Justiça parece não ter respostas para a inexplicável desorganização e falta de gerenciamento no Sistema Penitenciário Estadual que permite o suceder de tão terríveis acontecimentos. Aparentemente, facções criminosas assumiram o controle dos presídios, por absoluta ausência do Estado, e, na disputa de espaço, oferecem à sociedade maranhense e ao mundo esse terrível espetáculo de despojos humanos escangotados, fugas constantes,

cadáveres semanais e presos desaparecidos.

Não bastasse a insegurança aqui fora, que faz do Maranhão o estado mais violento do país proporcionalmente, com um índice de homicídios superior ao de países em guerra, a ingerência na Secretaria de Justiça se confirma também a cada dia, diante dos levantes sangrentos, das fugas, do tráfico entre os internos, do choque entre facções criminosas rivais.

Uma sucessão de erros cometidos pelo Estado levou à decapitação e morte do borracheiro Elson de Jesus Pereira, preso e condenado por crime de recepção de furto, descrito errônea e oficialmente como integrante da facção criminosa 'Bonde dos 40', detido entre bandidos de alta periculosidade. Pode-se dizer que o Estado é o culpado pela morte de Elson e deve ser interpelado o mais imediatamente possível pelo Ministério Público. Revela esse terrível incidente, que tanta comoção e revolta provocou entre os amigos e familiares de Elson, uma situação de total descontrole na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária.

Ele, afinal, foi mais uma vítima a morrer sob custódia do Estado em meio às sangrentas e incontáveis rebeliões que se sucedem inexplicavelmente no Sistema Penitenciário Estadual.

Elson cometeu o crime de comprar pneus roubados, foi preso, condenado e decapitado violentamente devido à inépcia do Estado. Mas junto com essa notícia nos chegou outra, a de que diretores do Tribunal de Justiça foram também condenados pelo crime maior de se apropriarem de recursos públicos, enquanto o presidente do TJ à época, desembargador Galba Maranhão, foi inocentado por falta de provas. Os crimes destes, porque cometidos contra a coletividade, nem se comparam em nível de gravidade com o crime de Elson. São bem piores. Hediondos, conforme a nova leitura da corrupção no Brasil. Mas não vão conhecer a cadeia. Vão cumprir suas penas em regime aberto, enquanto Elson virou lágrimas, virou comoção, virou injustiça, virou vítima de um governo incompetente, incapaz até de custodiar seus próprios presos. É revoltante, mas é real.

# Série de júris tem início na próxima terça-feira na Comarca de Codó

Tem início na próxima terça-feira (8), na Comarca de Codó, uma série de júris nos quais sentam no banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Preside os julgamentos, que se estendem até o dia 16, o juiz Cândido José Martins de Oliveira, titular da 2ª Vara e que se encontra respondendo pela 3ª Vara, que promove os júris. A série de júris tem início com o julgamento de Francisco das Chagas Araújo da Cunha, 26 anos, acusado do homicídio de Soelany Silva Miranda, companheira do denunciado.

De acordo com a denúncia, o crime se deu no dia 30 de outu-

bro de 2011, por volta das 20h, no povoado Boa Vista do Procópio, em Codó, quando o réu teria atingido a vítima com um tiro de espingarda desferido à queimadura na cabeça da vítima.

Ainda de acordo com a denúncia, o homicídio ocorreu após uma discussão travada entre réu e vítima, que retornavam de uma festa dançante.

No interior da casa estariam duas filhas do casal e uma criança de cerca de 10 anos, parente do acusado. Essa teria dito a uma testemunha que Soelany teria colocado uma das filhas no colo para tentar se defender, mas o denunciado teria encosta-

do o cano da arma na cabeça da vítima e disparado.

**Revólver e espingarda** – No segundo júri da série, na quinta-feira (10), ocupam o banco de réus dois acusados de tentativa de homicídio: Raimundo Pereira, 51 anos, conhecido como “Raimundinho”, e Francisco Guimarães Pereira, o “Chico Corda”.

Segundo a denúncia, a tentativa ocorreu no dia 22 de agosto de 2007, por volta das 16h, na casa da vítima, Manoel Coelho da Silva, o “Bireca”, quando os acusados, armados de um revólver e de uma espingarda, tentaram contra a vida da vítima.